



Ata nº 054 da Sessão Ordinária nº 054, de 11 de setembro de 2014.

Às nove horas do dia onze de setembro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA**, **ANTONIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES**, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO e CEZAR COLARES**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspiraí, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 1110012010-00; Prefeitura Municipal de Breu Branco**; Prestação de Contas de Governo – Exercício 2010; Responsável: Egon Kolling; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Breu Branco a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Breu Branco, exercício 2010, de responsabilidade do Sr. Egon Kolling. **Processo nº 1110012010-00; Prefeitura Municipal de Breu Branco**; Prestação de Contas de Gestão – Exercício 2010; Responsável: Egon Kolling; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Breu Branco, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Egon Kolling, com a expedição do Alvará de Quitação, após o recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, dos seguintes valores:- ao Erário, o valor de R\$-1.872,00 (hum mil, oitocentos e setenta e dois reais), devidamente atualizado, referente ao pagamento a maior de diárias; ao FUMREAP:1) multa de R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no Art. 284, I, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da LDO e REEO do 3º bimestre inferior a 30 dias; 2) multa de R\$-3.000,00 (três mil reais), com base no Art. 282, I, "b" do Regimento Interno deste Tribunal, face a existência de falhas nos processos licitatórios. **Processo nº 220012004-00; Prefeitura Municipal de Capanema**; Prestação de Contas de 2004; Responsável: Jorge Neto da Costa; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Retirado de pauta. **Processo nº 880012005-00; Prefeitura**



Municipal de Concórdia do Pará; Prestação de Contas – Exercício 2005; Responsável: Walmir de Araújo Alves; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com recolhimento do débito, aplicação de multas e remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Concórdia do Pará, a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício 2005, de responsabilidade do Sr. Walmir de Araújo Alves, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias: I – aos Cofres Municipais: 1.1 – R\$-29.899,99 (vinte e nove mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), referente ao lançamento a conta "Agente Ordenador"; 1.2 – R\$-9.000,00 (nove mil reais), a título de multa equivalente a 15% (trinta por cento) dos vencimentos anuais legalmente estipulados ao Ordenador, com base no Art. 5º, § 1º, da Lei nº10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes aos 1º, 2º e 3º quadrimestres; II - ao FUMREAP: 2.1 - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no Art. 283, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual para que sejam tomadas as providências cabíveis, bem como a Procuradoria Fazendária Municipal para a execução dessa decisão".* **Em votação:** o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Concórdia do Pará a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício 2005, de responsabilidade do Sr. Walmir de Araújo Alves, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias: I – aos Cofres Municipais: 1.1 – R\$-29.899,99 (vinte e nove mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), referente ao lançamento a conta "Agente Ordenador"; 1.2 – R\$-9.000,00 (nove mil reais), a título de multa equivalente a 15% (trinta por cento) dos vencimentos anuais legalmente estipulados ao Ordenador, com base no Art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes aos 1º, 2º e 3º quadrimestres; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual para que sejam tomadas as providências cabíveis, bem como a Procuradoria Fazendária Municipal para a execução dessa decisão. **Por maioria:** ao FUMREAP: 2.1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no Art. 283, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP.

Processo nº 1170012006-00; Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Francisco de Souza Soares; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro



79 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, pela
80 emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal a não aprovação das contas da
81 Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade
82 do Sr. Francisco de Souza Soares, com a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual
83 para providências que entender cabíveis; recolhimento, no prazo de 30 dias, corrigidos
84 monetariamente, dos seguintes valores: a) R\$-18.000,00 (dezoito mil reais), correspondente a 30%
85 da remuneração recebida no exercício, a título de multa, pela remessa fora dos prazos dos Relatórios
86 de Gestão Fiscal, com fundamento no Art. 5º, § 1º e 2º, da Lei 10.028/2000; b) R\$-9.846.090,72
87 (nove milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, noventa reais e setenta e dois centavos), referente
88 ao lançamento à conta "Agente Ordenador" correspondente aos fatos contábeis discriminados no
89 demonstrativo expresso no item 3 do Relatório. Em seguida, houve a inversão de pauta com o
90 julgamento do processo de nº 08: **Processo nº 1114092010-00; Fundo Municipal de Saúde**
91 **de Breu Branco**; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Reginaldo Gomes Barroso;
92 Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator:
93 Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
94 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
95 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
96 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com a expedição do Alvará de
97 Quitação, na forma do voto do Conselheiro Relator. **Processo nº 1114102010-00; Fundo**
98 **Municipal de Assistência Social de Breu Branco**; Prestação de Contas – Exercício 2010;
99 Responsável: Hildeblano de Souza Azevedo; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público:
100 Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo
101 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
102 pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
103 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
104 aprovação das contas, com a expedição de Alvará de Quitação, na forma do voto do Conselheiro
105 Relator. **Processo nº 1114302010-00; FUNDEB de Breu Branco**; Prestação de Contas –
106 Exercício 2010; Responsável: Oldeny Freitas Meira; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público:
107 Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo
108 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
109 pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
110 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
111 aprovação das contas, com a expedição de Alvará de Quitação, na forma do voto do Conselheiro
112 Relator. **Processo nº 1114372010-00; Fundo Municipal de Meio Ambiente de Breu Branco**;
113 Prestação de Contas – Exercício 2010 ; Responsável: Márcia Abreu de Sousa; Instrução: 5ª
114 Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel
115 Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
116 autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
117 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
118 **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com a expedição de Alvará de Quitação, na



forma do voto do Conselheiro Relator. **Processo nº 1114282010-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Breu Branco;** Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Hildeblano de Souza Azevedo; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com a expedição de Alvará de Quitação, na forma do voto do Conselheiro Relator.

Processo nº 1194182013-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Novo Repartimento; Prestação de Contas – Exercício 2013; Responsável: Jucilene Pinheiro Ferro; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Retirado de pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 16: **Processo nº 201314712-00; Fundo Municipal de Assistência Social de São Sebastião da Boa Vista;** Prestação de Contas – Exercício 2008; Recurso Ordinário contra a Decisão Objeto do Acórdão nº 23.929/13 (Prestação de Contas de 2008); Responsável: Neuzila de Matos Pereira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso interposto por Neuzila de Matos Pereira, Ordenadora de despesas do Fundo Municipal de Assistência Social de São Sebastião da Boa Vista, exercício de 2008, para excluir do rol das irregularidades que motivaram a não aprovação das contas, a ausência de processos licitatórios para despesas com os credores M.M. DE J. DA SILVA (R\$ 27.843,60) e SUPRIMAQ COM. DE SUPRIMENTOS EMAQ. DE INFOR. LTDA (R\$ 13.864,00), com a manutenção da decisão pela não aprovação das contas, com as multas impostas e remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, em razão da permanência da falha referente a ausência de licitação no montante de R\$-25.935,00. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 19 da pauta: **Processo nº 201014449-00; IPAMB /PMB;** Aposentadoria – Portaria nº 0420/13, de 26.03.13; Interessado: Jaime Gonçalves da Silva; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato, nos termos do voto do Conselheiro Relator. **Processo nº 201214764-00 IPAMB /BELÉM;** Aposentadoria – Portaria nº 1250/13, de 16.09.13; Interessado: Paulo Sérgio Neves do Amaral; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do



159 Ato, nos termos do voto do Conselheiro Relator. **Processo nº 201216066-00; IPAMB /PMB;**
160 **Aposentadoria – Portaria nº 1159/12, de 06.09.12; Interessada: Maria Cristina dos Santos**
161 **Rodrigues; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José**
162 **Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
163 autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro
164 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade,**
165 decidiu pelo registro do Ato, nos termos do voto do Conselheiro Relator. **Processo nº 201217335-**
166 **00 IPAMB/BELÉM; Aposentadoria – Portaria nº 1290/12, de 27.09.12 – Revisão de Proventos;**
167 **Interessada: Esterlita do Carmo Serra; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator:**
168 **Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
169 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em**
170 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão: O**
171 **Plenário, à unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
172 **Processo nº 201217567-00; IPAMB/BELÉM; Aposentadoria – Portaria nº 1347/12, de 02.10.12**
173 **– Revisão de Proventos; Interessada: Simone Nazaré Cordeiro Costa Menezes; Ministério Público:**
174 **Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo
175 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
176 pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu
177 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade,** decidiu pelo registro do
178 Ato, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Em seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda
179 assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 130022008-00; Câmara Municipal de**
180 **Barcarena; Prestação de contas do Exercício de 2008; Responsável: José Américo Contente Magno**
181 **Júnior; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da**
182 **Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
183 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi
184 colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
185 **Decisão: O Plenário, à unanimidade,** pela irregularidade das contas da Câmara Municipal de
186 Barcarena, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. José Américo Contente Magno Junior, com
187 a restituição do valor pago a maior a título de remuneração ao Vereador Presidente, e o
188 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 201214844-00;**
189 **Instituto de Previdência do Município de Cachoeira do Arari; Pensão 2012 – Portaria nº**
190 **022/2012, de 28.08.2012; Interessada: Maria Odete Rodrigues de Azevedo; Ministério Público:**
191 **Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão:**
192 **Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares).** Retirado de pauta. **Processo nº 160022008-00;**
193 **Câmara Municipal de Bonito; Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Auro Corrêa**
194 **Neto; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator:**
195 **Conselheiro Sérgio Leão.** Retirado de pauta. Em seguida, houve a inversão da pauta com o
196 julgamento do processo de nº 14: **Processo nº 146062007-00; Agência Distrital do**
197 **Mosqueiro; Prestação de Contas – Exercício 2007 ; Responsável: Maria da Glória Mesquita Brito**
198 **Albuquerque; Instrução: Auditor Alcimar Lobato da Silva 3ª Controladoria; Ministério Público:**



Procuradora Geral– Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Retirado de pauta. **Processo nº 583832012-00; Instituto de Previdência do Município de Portel;** Prestação de Contas – Exercício 2012; Responsável: Eldinor Rodrigues de Souza; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Retirado de pauta. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 17: **Processo nº 200710488-00; Centro Comunitário Alameda das Palmeiras;** Prestação de Contas do Convênio nº 012/2007, Celebrado com a SEMEC/PMB – Exercício 2007; Responsável: Manoel Gonçalves Filgueira; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas prestadas pelo Senhor Manoel Gonçalves Filgueira, relativamente ao emprego da importância de R\$-19.620,00 (dezenove mil, seiscentos e vinte reais), recebidos através do Convênio nº 012/2007 (fls. 200/203), firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. **Processo nº 200715998-00; Centro Comunitário dos Amigos de Santa Rita;** Prestação de Contas do Convênio nº 025/2007, Celebrado com a SEMEC/PMB – Exercício 2007; Responsável: Dulce Augusta Santana; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas prestadas pela Senhora Dulce Augusta Santana, relativamente ao emprego da importância de R\$-9.420,00 (nove mil, quatrocentos e vinte reais), recebidos através do Convênio nº 025/2007 (fls. 41/44), firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Secretaria Municipal de Educação, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. **Processo nº 201212850-00; Instituto de Previdência do Município de Breves;** Aposentadoria 2012 – Portaria nº 041/2012, de 12.06.2012; Interessado: Floriano Vital da Costa; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Redistribuído Conselheiro Cezar Colares). Retirado de pauta. **Processo nº 201414037-00; Câmara Municipal de Marituba;** Outros: Consulta 2014; Responsável: Antônio Vicente Júnior; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Retirado de pauta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** A Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra e assim se manifestou: “comunico ao *Colendo Plenário que os autos nº 201307496-00, 201302419-00, 201315041-00 e 201020657-00, todos Contratos Temporários de Pessoal, exceto o ultimo que trata de Concurso Público, serão encaminhados à Secretaria para distribuição entre os Auditores nos termos do Art. 72, II, do RI/TCM/PA*”. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas e vinte e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.



238 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em onze de setembro de
239 dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheira Vice - Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão